

Abril de 1975

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção I)

Quinta-feira 10 1287

10 — Transformação do Conselho Nacional de Pesquisas no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Lei n.º 6.129, de 6-11-74).

11 — Concessão de benefícios fiscais a pessoas físicas mutuários do Sistema Financeiro de Habitação (Decreto-lei n.º 1.358, de 12-11-74).

12 — Criação do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados — POLOCENTRO (Decreto n.º 75.320, de 29-1-75).

13 — Criação da Empresa Brasileira de Assistência Financeira e Extensão Rural — EMBRATER (Decreto n.º 75.373, de 14-2-75).

14 — Instituição do Amparo aos maiores de 70 anos ou inválidos, no campo ou na cidade, carentes de meios de subsistência e que tenham mantido alguma forma de vinculação com a Previdência Social: fazem jus a uma renda mensal vitalícia no valor de 1/2 salário mínimo vigente no País e aos serviços médicos prestados pela Previdência Social urbana ou rural (Lei n.º 6.179, de 11-12-74).

15 — Criação do Conselho de Desenvolvimento Social (Lei n.º 6.118, de 9 de outubro de 1974).

16 — Medidas para urgente implantação do Sistema de Classificação de Cargos no Serviço Público Federal, inclusão de empregados regidos pela CLT no mesmo Sistema e determinação no sentido de que as vantagens do enquadramento na nova Sistemática fossem devidas a partir de 1.º de novembro de 1974.

17 — Medidas econômicas que, a médio e longo prazo, refletir-se-ão na elevação do nível de vida do povo, tais como política mineral, substituição de importações, combate à inflação e outras.

18 — Alteração na sistemática para o cálculo de reajustamento do salário médio do trabalhador.

19 — Suspensão do desconto de 5% dos aposentados;

20 — Baixa dos juros de banco para 3 por 5% — antes era de 5 por 8;

21 — Contagem recíproca do tempo de serviço público e atividades privadas, para efeito de aposentadoria;

E, finalmente, eleições livres.

Isso tudo o Presidente fez e está fazendo. No entanto, naturalmente a esta hora deve dantes e insultuosas do Deputado Alencar Furtado, a quem caberá responder amanhã, possivelmente, o Deputado Cantídio Sampaio. Como não tenho mais tempo para falar sobre o assunto, não abordarei esse aspecto.

**O SR. PRESIDENTE (Célio Borja)** — Peço a V. Ex.ª que conclua. Seu tempo está esgotado, nobre Deputado José Bonifácio.

**O SR. JOSÉ BONIFÁCIO** — Sr. Presidente, acredito que o Deputado Vieira não se importaria se eu invadisse apenas cinco minutos do seu tempo para fazer uma leitura. O colega que reclamou tinha razão: faltava um nome. Vejam como é interessante. Até os que faltam ele sabe. É impressionante isso. Deixei de ler um só e S. Ex.ª reclamou logo. E saibam que deixei de ler propositalmente, para mostrar que estavam todos cientes dos acontecimentos. Fizem esse pedido provocativamente, para trazer o Ministro aqui e sujeitá-lo a humilhações. (Palmas.) V. Ex.ª quer que eu leia? Trata-se

justamente de Pedro Celestino da Silva Pereira Filho. Vou ler:

Pedro Celestino da Silva Pereira Filho  
Filiação: Pedro Celestino da Silva Pereira (Gen Bda R/1) Clarice Madureira da Silva Pereira  
Nascido em 21-12-1944 na Guanabara  
Estado Civil: Casado  
Profissão: Engenheiro Civil  
Carteira Identidade: 16.294 — 5.º REG/CREA

— Em 1966, ainda estudante, inscreveu-se em um curso de Política Internacional do "Instituto Superior de Estudos Brasileiros" (ISEB).

— Em julho de 1970, foi preso pelo DOPS/GE, tendo sido encaminhado ao 1.º Distrito Naval, de onde foi remetido para a Ilha das Flores. Nesta ocasião, foi encontrado em poder do nominado material subversivo comprobatório de sua atuação no movimento subversivo, onde ressaltava a tentativa de reorganização e funcionamento clandestino do Partido Comunista. Foi então enquadado em dispositivos da Lei de Segurança Nacional.

— Em suas atividades clandestinas utilizava o cognome de "PIMENTEL".

— Em 1971, após 110 (cento e dez) dias preso na Ilha das Flores, foi internado no Hospital Marçílio Dias, sendo portador de tuberculose e aguardando julgamento, com prisão preventiva decretada, como incurso no Art. 14 da LSN.

— Em 1973, foi absolvido pela 2.ª Auditoria da Marinha, por insuficiência de provas. Reside atualmente na Rua Barata Ribeiro, 717, Ap. 304, em Copacabana/RJ.

— Em janeiro de 1974, foi detido pelo I Ex. Está envolvido em atividades subversivas, juntamente com Marco Antônio Tavares Coelho, Fausto Guimarães Cupertino, Irun Sant'Ana, Cláudio José Ribeiro e Moyses Waistein, todos membros militantes do PCB e detidos na mesma ocasião.

— Segundo suas próprias declarações, é militante do PCB e membro do Comitê Estadual do PCB na Guanabara, tendo sido designado para ser o Encarregado do Setor de Ligação Política do citado Comitê.

— No momento presente, encontra-se detido."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, por que temos de dar credibilidade a essas informações do Ministro? E justamente é nesta carta, procedente da Nova Zelândia, que vêm citados, como comunistas, os Deputados Laerte Vieira e Ulysses Guimarães. Se é mentira de um lado, por que não o será de outro? Posso ter a certeza, porque sei que de um lado é mentira. Portanto, deve-se concluir que de outro também o é. Quando ele diz que isso ocorreu, não está mentindo, quando diz que aquilo não ocorreu, não ocorreu — ou damos credibilidade à palavra oficial, ou nunca chegaremos a um entendimento. Do contrário ficará palavra contra palavra e, nestas condições, não se chegará a nada. Poderá vir aqui o Ministro, o Presidente da República, quem quer que seja. Não adiantará porque não acreditam em nada e em ninguém.

Sr. Presidente, acorro, com muita tristeza, à convocação de V. Ex.ª para terminar meu pronunciamento.

Quero, afinal, dizer que o discurso que acabei de proferir, com ênfase às vezes, com energia em outras, não significa que eu esteja com o coração cheio de ódio; nem tam-

pouco que queira agradar ao Governo com as palavras elogiosas que dirigi ao Ministro; o que pretendi foi mostrar que todos temos de nos unir, no sentido de preservar os princípios democráticos que, sei e proclamo, são também agasalhados pelo MDB. O fato de dois, três, quatro ou cinco serem exaltados, de um lado ou de outro, ou serem mesmo da linha comunista, não significa, absolutamente (não apoiados), que não sejam verdadeiras as informações aqui prestadas.

Convidaria todos que se encontram neste recinto, brasileiros que somos, à união no sentido ideológico, a fim de sustentarmos as instituições que aí estão e que, bem ou mal, vêm mantendo o País em ordem, no meio da desordem mundial. Somos — e já se disse, é um truismo repeti-lo — um oásis nesse mundo conturbado e confuso. Em nossa Pátria, graças a Deus, quase não se verificam mais ataques a bancos com metralhadoras, invasões de domicílios, de casas particulares, furtos e roubos, seqüestros. Tudo isso desapareceu na hora presente. Por que, então, fugirmos o Governo com esses pronunciamentos, com pedidos impertinentes desta ordem? Já o Senador Itamar Franco, no Senado teve o bom-senso de verificar as circunstâncias e pedir ao MDB que tratasse de assuntos sérios, construtivos. E vários outros Deputados aqui — tenho inúmeros discursos em meu poder, mas o tempo não me permite focalizar o assunto — entendem da mesma forma. Deixemos de lado os temas de ordem política extremada e passemos para assuntos construtivos.

São estas as palavras que entendi de proferir neste instante. Agradeço a atenção dos colegas e, se alguém se sentiu ofendido com o que eu disse, peço desculpas, porque meu objetivo era esclarecer, e não confundir ou complicar.

Termino, Sr. Presidente, fazendo uma proclamação, já reafirmada, no sentido da unidade nacional, no que tange à manutenção democrática. Agora, quanto aos Partidos, divididos: para lá e para cá. (Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.)

**O SR. PRESIDENTE (Célio Borja)** — Nos termos do inciso II do art. 10 do Regimento Interno, concedo a palavra ao Sr. Laerte Vieira. Líder do Movimento Democrático Brasileiro.

**O SR. LAERTE VIEIRA (Como Líder — Sem revisão do orador)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados acaba de ouvir o pronunciamento da Liderança da Maioria sobre a solicitação a que a Minoria deu curso, de brasileiros que desejam ser informados sobre o destino ou paradeiro de cidadãos de nossa Pátria que foram levados às prisões.

Confesso, Sr. Presidente, que fui surpreendido pela palavra da Liderança da Maioria. Não que a anunciada fala, hoje proferida, com as pompas que se observaram e com os festejos que ainda se desenrolam no Plenário, não estivesse sendo esperada. É que, Sr. Presidente, o eminente Líder da Maioria reafirmou a linha de uma entrevista anteriormente dada à imprensa, na qual, indagado sobre o comparecimento do Sr. Ministro da Justiça a esta Casa para tratar de assunto de tamanha importância, que diz respeito aos direitos humanos, às garantias individuais — e onde ficam as garantias do Estado, se o indivíduo não pode estar garantido? — S. Ex.ª, indagado sobre tema desta transcendência, respondeu, dizendo:

"Não me interessa se o Ministro quer ou não vir à Câmara, porque esta convocação não é assunto do Ministério da Justiça, mas da Câmara. É uma ques-



tão nascida na Câmara pela Oposição e será decidida na Câmara pela Maioria que somos nós”.

S. Ex.<sup>a</sup> começou esquecendo-se de que é o Líder do Governo e, por esta primeira função — se pela outra não quer ou não pode responder — deveria, desde logo, cuidar para não colocar mal o Governo perante o País, perante a opinião pública, e até no exterior, mas não vir com aquela joiosa carta, retirada dos arquivos não sei de onde ou encomendada não sei a quem (Palmas). Quando muito, poderia S. Ex.<sup>a</sup> dizer que lá fora sabem algo acerca da vida de extremistas, mas conhecem pouco sobre a luta democrática que enfrenta o MDB e seus Líderes em nosso País.

Confesso que tenho dificuldade em responder ao discurso da Liderança da Maioria. Tento fazê-lo com absoluta e inteira seriedade, quando me parece menosprezado e minimizado o assunto de que tratamos. (Palmas.)

O Sr. José Bonifácio — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. LAERTE VIEIRA — V. Ex.<sup>a</sup> pode apartear-me, embora eu esteja apenas iniciando.

O Sr. José Bonifácio — Então, não preciso apartear. Não quero perturbar o seu sono. Continue.

O SR. LAERTE VIEIRA — V. Ex.<sup>a</sup> parece que havia despertado, mas pelo aparte vejo que continua alheio ao que acontece no País. (Palmas). E devo dizer por que me parece que isto está no conhecimento público.

Somos, nobres Deputados, a última instância dos desesperados, que se procuram a Oposição, o MDB, quando não conseguem, através dos seus defensores naturais, dos seus advogados, ou dos agentes policiais, daqueles que respondem pela ordem pública, e dos Ministros e até da Presidência da República, solução para os casos que os inquietam. Vêm, em última instância, ao MDB trazer a queixa, como a trouxe um General reformado, que declarou nunca ter sido e nem ser do MDB, é revolucionário. Por que nos transmitiu a queixa de sevícias e torturas sofridas pelo seu filho? Porque procurou, pelos meios legais e oficiais, uma forma de combater o mal e não encontrou a necessária ressonância.

Entendam V. Ex.<sup>as</sup>: o MDB tem realmente o compromisso, como todos os brasileiros — e também o têm os homens da ARENA — de defender as liberdades públicas e os direitos do cidadão. Quando a maioria diz que não reclamamos sobre fatos criminosos ou acontecimentos que ocorrem na área do Governo, ocorre-me perguntar: quem é responsável pela segurança? É o Governo ou somos nós? Perdoe-me V. Ex.<sup>a</sup>

O “Jornal do Brasil” — V. Ex.<sup>a</sup> estranharia se eu não desse a data, porque hoje talvez o editorial não fosse escrito — em sua edição de 25 de abril de 1974, no atual período de Governo, a propósito de acontecimento em São Paulo, chama a atenção do Brasil, das autoridades para fatos muito estranhos que estavam ocorrendo em nosso País. Diz o editorialista, citando um trágico acontecimento em São Paulo:

“O fato preva como a segurança dos cidadãos brasileiros está sendo diretamente ameaçada por um desempenho policial marcado pela brutalidade e a irresponsabilidade. Temos chamado a atenção do Governo Federal para o estranho fenômeno que ora se observa no País. Enquanto, por um lado, dedica-se atenção prioritária à segurança nacio-

nal, por outro lado a segurança individual, a segurança dos cidadãos que respeitam a lei não parece despertar o interesse das autoridades”.

Conclui o editorial:

No entanto, no plano da segurança individual, nivela-se este País aos que menos a possuem. E isto porque, entre nós, as corporações que deviam voltar-se para a manutenção da ordem parecem quase insurgirem-se contra ela. Isto representa uma erosão interna na segurança nacional; isto constitui um problema de Governo em seus mais altos escalões.”

Nobre Líder do Governo, saiba V. Ex.<sup>a</sup> que a insegurança que possa existir num lar do Brasil é debitada a todos nós, mas, em primeiro lugar, ao Governo que por ela responde. (Muito bem! Muito bem! Palmas.) V. Ex.<sup>a</sup> quis fazer paralelo. Por que, Sr. Deputado, estamos nos pretendendo a presença do Sr. Ministro da Justiça? E eu lhe direi em todos os detalhes: S. Ex.<sup>a</sup> prestou informações à Imprensa, que V. Ex.<sup>a</sup> declara espontâneas. Se são espontâneas, pelo menos injustificadas não hão de ser. O Governo sentiu-se no dever, na obrigação de dar essas informações. Se pôde dá-las espontaneamente, pela palavra do seu Ministro, por que não pode vir o Ministro à Câmara para, de maneira mais profunda, com dados mais concretos, fazer aquilo que já foi, durante algum tempo, até a legenda de um governante brasileiro, ou seja, o jogo da verdade? Por que não vem à Câmara fazer este jogo? Sabe V. Ex.<sup>a</sup> por que o MDB não aceita as informações aqui trazidas? Porque o Sr. Ministro da Justiça, ao dá-las, o fez da seguinte maneira: das vinte e sete pessoas referidas, S. Ex.<sup>a</sup> citou sete que se encontravam em liberdade e, por coincidência, não constavam da relação do pedido de esclarecimento — mas achou V. Ex.<sup>a</sup> que o Ministro fez bem em incluí-las, eis que era preciso dizer que alguém estava em liberdade. (Risos. Muito bem! Muito bem! Palmas.) Além disso, dois prisioneiros políticos — e estes haviam praticado crime e sido condenados, inclusive por crime comum — foram trocados por ocasião de sequestro havido O Sr. Ministro da Justiça diz que determinadas pessoas encontram-se foragidas. Ocorre que todas elas — e as temos relacionadas — foram presas, e o Ministro conhece as condições em que ocorreram as prisões e quais os órgãos que as efetuaram. Inclusive, os agentes do Governo que as prenderam não sabem dizer onde se encontram. Por ora, classificam-se algumas: sete são ditas foragidas; duas, em clandestinidade; quatro, com destino ignorado; uma, desaparecida.

Juridicamente, eu perguntaria qual a distinção existente entre: cidadão foragido, na clandestinidade, com destino ignorado e desaparecido. Não poderiam todos estarem classificados num mesmo item? E como resumiríamos isto? Dizendo o seguinte: pessoas entregues à custódia de agentes do Governo, que não sabem onde elas estão.

Por estas, Deputado José Bonifácio, o Governo tem obrigação de responder. Nem o Governo nem nós podemos responder pelos acidentes de trânsito, pelos crimes comuns de morte que podem ocorrer nas nossas rodovias, porque para isto existem processos normais, investigações corretas. V. Ex.<sup>a</sup> o sabe.

O Sr. José Alves — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. LAERTE VIEIRA — A não ser que V. Ex.<sup>a</sup> queira dar a um Estado brasileiro uma legenda que ele não merece, não nos

importa, embora lastimando a ocorrência, que em Alagoas, por exemplo, tenha havido cinquenta crimes. Importa-nos, sim, saber se as autoridades alagoanas estão apurando esses crimes, se estão levando os responsáveis a julgamento, às barras dos tribunais.

O Sr. José Alves — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. LAERTE VIEIRA — V. Ex.<sup>a</sup> não se preocupe com Alagoas.

O Sr. José Alves — Preocupo-me com Alagoas. O último nome relacionado no requerimento do MDB é o de José Amorim de Miranda, uma das figuras mais importantes do Partido Comunista Brasileiro. Toda Alagoas o conhece e eu também. Sua família é honrada, e Alagoas está admirada por ele haver constado daquele requerimento do MDB. Tal cidadão trabalha como advogado, o que é um caso para se investigar, porque nós, que o conhecemos há mais de vinte anos, nunca soubemos que ele fosse advogado. Pode ser um bacharel que dedicou sua vida ao Partido Comunista Brasileiro. Disse-o bem o Deputado José Bonifácio. A única preocupação da Oposição, em termos de Alagoas, foi incluir José Amorim de Miranda neste requerimento. Veja V. Ex.<sup>a</sup> que ele é a última pessoa relacionada no requerimento. José Amorim de Miranda vivia em Alagoas, até 1964, andando pelas ruas. Quando a Revolução chegou, ele, por conta própria, desapareceu. Então, V. Ex.<sup>as</sup> devem saber por onde ele anda, porque foi o MDB quem falou nele. Alagoas quer saber como o MDB sabe onde José Amorim de Miranda está, porque lá nós pensávamos — e esta é uma informação oficial, inclusive de sua família — que ele estava na Rússia, na Tchecoslováquia, ou na Bélgica, onde já esteve muitas vezes de 1964 até esta data.

O SR. LAERTE VIEIRA — O nobre líder do eminente Deputado José Bonifácio segue sua mesma linha de pensamento. O eminente Líder anunciou um fato sensacional no seu discurso e todos nós ficamos a ouvi-lo, com a atenção que nos merece. Foi o seguinte: uma senhora quer saber onde se encontra o seu filho. Esteve, inclusive, na Câmara para pedir providências e informações, porque como mãe, ela acha que tem esse direito. Deu como endereço, para quaisquer informações, no Rio de Janeiro, a Rua Debré, 23. Isto pareceu à Liderança um fato sensacional e que, nesse endereço, está o velho professor e caudilho Sobral Pinto (Palmas), que tem defendido as liberdades públicas. Certamente a referida senhora imaginou que, dando esse endereço, melhor poderia receber notícias sobre seu filho.

A outra parte sensacional — perdoe-me, mas só sentimos tais sensações nesta tarde, neste Congresso e nesta Casa — é o total desinteresse que aqui se demonstrou pelos destinos dos brasileiros e pela imagem (Palmas.) do próprio Governo. Parece que nós, da Oposição, estamos mais preocupados em que o Governo preste as informações devidas à nossa população e ao exterior, para que, no Brasil, não mais existam torturas (Muito bem!), ou prisões sem mandados judiciais — nem chegamos a exigir tanto — ou sem formação de culpa. Mas a Lei de Segurança Nacional permite prender indiscriminadamente e sem habeas corpus. Esperamos em Deus que se retorne ao Estado de direito e que o cidadão possa gozar dessa garantia, indispensável em qualquer país democrático.

O Sr. Blotta Júnior — Com a metralhadora na mão!



**O SR. LAERTE VIEIRA** — Mas acusar-nos de não usar inclusive os meios judiciais próprios para a defesa de concidadãos nossos é estar totalmente fora da realidade. É jocoso pretender que se constituam Comissões para visitar as prisões quando nos impedem, em texto constitucional, que até as Comissões de Inquérito se desloquem de Brasília, proibindo-se, no texto maior, despesas com viagens. E como formaríamos essas Comissões sem a participação da Maioria? E a Maioria se dispõe a integrá-las e acompanhar os representantes e atuar como um poder. Ou o que está pretendendo o Sr. Líder da Maioria, que hoje deu atestado ideológico a Ulysses Guimarães e a Franco Montoro e não o concedeu a Lysâneas Maciel e a Marcos Freire? (Palmas.) Aqui fica registrado nosso protesto pelo método como S. Ex.<sup>a</sup> agiu (Palmas.)

**O Sr. José Bonifácio** — Não dei atestado ideológico a ninguém. Os atestados foram dados pelas próprias pessoas.

**O SR. LAERTE VIEIRA** — Com a sua habilidade mineira, V. Ex.<sup>a</sup>, procura por vezes fazer insinuações que o deixam muito mal.

**O Sr. José Bonifácio** — O Juiz sou eu, e não V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. LAERTE VIEIRA** — Há terrenos em que as habilidades não funcionam, porque são ditados pelos rumos da lei, pela consciência e pelo dever do cidadão. Não é possível escamotear em assuntos sérios e que devem merecer, por esta razão mesma, a atenção de todos nós.

**O Sr. Airon Rios** — Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LAERTE VIEIRA** — Concedo um aparte a V. Ex.<sup>a</sup>

**O Sr. Airon Rios** — Seria o bastante. Naturalmente que não afetaria o brilho, tampouco o histerismo isolado de alguns pronunciamentos fora da tribuna, contra a tribuna e contra o regimento.

**O SR. PRESIDENTE (Célio Borja)** — Interrompo o orador para advertir o plenário de que não se permitem intervenções do tipo das que estão ocorrendo.

**O Sr. Airon Rios** — Estava ouvindo rumores, Sr. Presidente. Não sei se eram pessoas andando, ou se alguém estava cuidando melhor do plenário. Nem percebi se eram vozes. Mas V. Ex.<sup>a</sup> se referiu à condição de clandestinidade, de foragido, de desaparecido e de destino ignorado — para não chegar à ilação *prima facie* de que tudo isso seria a mesma coisa. Isto é, não haveria distinção, e tudo isso seria uma simulação da Liderança em função das informações do Governo. Dirijo-me a um dos melhores Bacharéis de Direito da República do meu País. V. Ex.<sup>a</sup> sabe que a condição de foragido absolutamente não se confunde com a de clandestinidade. O foragido é aquele que escapou.

**O SR. LAERTE VIEIRA** — E por isso mesmo não se pode aplicar o mesmo instituto a situações diferentes.

**O Sr. Airon Rios** — A imprensa tem noticiado fugas de pessoas que estavam presas. E foram assim adjetivadas como foragidas. Clandestinos são aqueles que de si mesmo, espontaneamente, procuram ter uma atuação. Mostrarei a V. Ex.<sup>a</sup> uma atuação dentro do bem: Nicodemos cria em Jesus, mas somente o procurava nas caladas da noite. Fazia-o clandestinamente, para que não o percebessem as autoridades da época. Este seria um exemplo.

**O SR. LAERTE VIEIRA** — Perdoe-me, nobre Deputado Airon Rios, mas, quando con-

cedi o aparte, disse a V. Ex.<sup>a</sup> que lhe concedia apenas um aparte, exatamente para evitar os discursos paralelos que V. Ex.<sup>a</sup> tem o hábito de fazer. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que conclua.

**O Sr. Airon Rios** — V. Ex.<sup>a</sup> sabe que, na própria lei civil, o Oficial de Justiça informa “em lugar incerto ou ignorado”, quando a pessoa, todavia, está em alguma parte mas não é possível localizá-la, ou porque se mudou propositadamente, ou porque teve necessidade de mudar-se de algum lugar. Mas estou-me excedendo e quero que V. Ex.<sup>a</sup> me desculpe por isso. Eu faria apenas considerações técnicas em relação a esse aspecto do problema.

**O SR. LAERTE VIEIRA** — Perdoe-me V. Ex.<sup>a</sup> Eu lhe concedi um aparte e o adverti disso.

Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que me assegure a palavra, porque não se trata mais de um aparte.

**O Sr. Airon Rios** — Afirmo a V. Ex.<sup>a</sup> que, dentro deste plenário, não há, em termos gerais, ninguém mais responsável do que o outro. Não há nenhum parlamentar que tenha maiores compromissos com os ideais das instituições brasileiras, com a forma democrática. Não há um que seja mais do que o outro.

**O SR. LAERTE VIEIRA** — Nobre Deputado Airon Rios, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que conclua.

**O Sr. Airon Rios** — Pode haver disputa por emulação, em termos de princípios, isso sim (Palmas.), mas nós podemos sobrepor-nos, colocando a ARENA como se estivesse contra a democracia, ou o próprio MDB. Não faremos isso, apesar de que, dentro dos nossos quadros comuns, possa ser encontrada a ovelha negra tresmalhada. Este, porém, não é o caminho da grande maioria. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. LAERTE VIEIRA** — Sr. Presidente, agradeço ao catedrático a lição que quis dar. Agradeço, mas dela não necessito. (Palmas.) Considero S. Ex.<sup>a</sup> tão bom bacharel ou advogado como eu. Certamente S. Ex.<sup>a</sup> há de fazer justiça para aceitar que não são conceitos jurídicos que aqui se estão contrapondo. S. Ex.<sup>a</sup> esqueceu a afirmação primeira, quando eu disse que o Ministro da Justiça estava usando indevidamente essas expressões para fugir à responsabilidade que lhe cabe ao Governo. Foi porque todas as pessoas por ele referidas haviam sido presas. Se porventura evadiram-se das prisões, neveria existir um registro próprio, que é obrigatório, onde se consignasse a ocorrência. O preso tal, no dia tal em circunstâncias tais, fugiu da prisão. O cidadão tal está condenado e se encontra foragido. Encontra-se Beltrano na clandestinidade. Mas não é disso que se cuida. Cuida-se de saber como responde o Governo por aquelas pessoas cuja custódia lhe foi confiada e às quais não se pode atribuir destino ignorado. O Governo é que as guarda, e o depositário — se me permite até a grosseria da expressão — não pode dizer que desconhece o destino daquilo que foi depositado. Se nem com mercadoria se pode fazer isso, como com o ser humano se pode deixar de dar a sua situação? (Palmas.)

Mas vejamos V. Exas.: o MDB, que já declarei ser a última instância dos aflitos, dos desesperados, dos que não encontram atendimento, por parte do Governo, das suas reclamações, o MDB quer, sem provocações, sem desafios, sem inquisições, chamar a atenção para a obrigação que tem o Governo, e consequentemente a sua Maioria nesta Casa, de dar todas as informações que a opinião pública está a pedir. E essas infor-

mações continuam a vir incompletas — procura-se tergiversar. Há dias no Senado, o eminente Senador Jarbas Passarinho — primeiro S. Ex.<sup>a</sup> anunciou quealaria em nome das Forças Armadas, depois acabou falando como Senador, no uso da sua alta função — enumerava os mortos na luta contra a subversão ou na repressão à subversão. É lastimável que muitos patricios nossos tenham morrido. O MDB sempre combateu a subversão e continua combatendo. (Muito bem! Palmas.)

É incrível: toda vez que estamos nesta tribuna precisamos repetir as mesmas coisas, como se o povo brasileiro não conhecesse nossas opiniões. Mas somos obrigados a repeti-las, para evitar as distorções e as insinuações daqueles que confundem nossa posição democrática e política com a daqueles que devem ser combatidos por todos nós. Mas, de igual sorte, se combatemos a subversão, se pedimos as providências da lei para os subversivos, não acreditamos que a Maioria sancione e possa aplaudir os excessos da repressão e as mortes causadas pela repressão. (Palmas.) Ou, por acaso, o Líder da Maioria endossa os crimes que se cometem neste País? E algum dia, nobre Deputado José Bonifácio, nós viemos a esta tribuna para perguntar a V. Ex.<sup>a</sup> se a ARENA responde pelos crimes do Esquadrão da Morte? (Palmas.) V. Ex.<sup>a</sup> poderia até, com essa habilidade e senso de humor já aplaudidos nesta Casa, dizer: “E que temos nós com isso”? Quando V. Ex.<sup>a</sup> fala na subversão eu sou quase levado a perder a linha de um discurso sério e dizer a V. Ex.<sup>a</sup>: “E que temos nós com isso?”

**O Sr. Herbert Levy** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LAERTE VIEIRA** — Pois não.

**O Sr. Herbert Levy** — Nobre Líder Laerte Vieira, Oposição e Governo nesta Casa — e eu vou cobrir dois pontos do discurso de V. Ex.<sup>a</sup>, para não interrompê-lo novamente — têm concordado em que é inegável a credibilidade do Sr. Presidente da República e, portanto, do seu Governo. V. Ex.<sup>a</sup>, creio que num momento de irreflexão, mencionou como sendo provavelmente um documento encomendado esse que foi lido da tribuna pelo nobre Líder José Bonifácio. V. Ex.<sup>a</sup> conhece melhor que isso, nobre Líder, e se consultou sua consciência — nem preciso ouvir sua resposta — sabe que é habitual o recurso à mistificação por parte dos elementos da extrema esquerda. A mistificação é um sistema, exatamente porque o comunista não acredita no que chama de “ética burguesa”. Então, é impossível duvidar de que possam ter recorrido a esse método que, como disse o nobre Líder, “para nós é uma piada”, quando cita o nome de eminentes Líderes do MDB na Câmara e no Senado. Mas, nos outros países, que nada sabem sobre ninguém, adquire visos de credibilidade, que é o tipo de mistificação usada pela extrema esquerda.

**O Sr. Fernando Lyra** — E a extrema direita?

**O Sr. Herbert Levy** — A extrema direita se confunde com a extrema esquerda na sua mistificação, não há dúvida alguma. Diria também que, quando V. Ex.<sup>a</sup> fala que o MDB tem sido a última instância desses elementos que ansiosamente procuram notícias e informações sobre pessoas a que estão ligados por laços de família, justamente aqueles que compareceram às galerias desta Câmara — e que vieram, como disse V. Ex.<sup>a</sup>, recorrer ao MDB — como não ignora o nobre Líder, estavam com hora marcada para serem recebidos pelo Presidente da República. Veja bem V. Ex.<sup>a</sup>...

**O SR. LAERTE VIEIRA** — Perdoe V. Ex.<sup>a</sup> mas há um equívoco...



**O Sr. Herbert Levy** — ... o Presidente da República ia receber essas pessoas que procuraram o MDB. Mas houve o patético, que eu tive oportunidade de criticar. Era só isso que desejava dizer. (Palmas.)

**O SR. LAERTE VIEIRA** — Nobre Líder Herbert Levy, falando na credibilidade que de todos os brasileiros merece o Sr. Presidente da República, V. Ex.<sup>a</sup> deu a entender que a Liderança da Maioria leu um documento enviado pelo Presidente e que, inadvertidamente, declaramos ser encomendado.

Em primeiro lugar, até agora nem o nobre Líder José Bonifácio nem V. Ex.<sup>a</sup> declararam que a origem desse documento era a Presidência da República. Mas que o fosse. Poderia ter sido. Não que não deseje retirar a minha expressão, para satisfazer a V. Ex.<sup>a</sup> Pode ter sido encomendado por terceiros, que o encaminharam ao Presidente da República. O que quis dizer é da ineficácia do documento trazido aqui. Conhecemos os mistificadores. O que não queremos é que exista mistificação em assunto como esse de que tratamos, referente aos direitos humanos. (Muito bem.) Que as pessoas, que as autoridades julguem que todas as informações que prestem sejam definitivas e cabais, bastando para isso dizer que fulano de tal está foragido, está na clandestinidade, não é encontrado, está em local ignorado, a admitir-se esse procedimento ninguém mais neste País responderá por prisão em parte alguma, porque a resposta seria aceitável.

Tal resposta é totalmente absurda e inaceitável, como inaceitável é, Sr. Deputado, o fato de que num País como o nosso continuem a existir casos como o ocorrido com o advogado de São Paulo Wellington Rocha Candal, que foi preso, espancado, torturado e deu um extraordinário exemplo porque, mais do que defender-se, o que ele quer é que o Governo tome providências para que não se repita com outros, que menores condições têm de defesa do que ele próprio, aquilo que sofreu nas ruas de São Paulo, publicamente. Esse cidadão faz uma representação ao Procurador-Geral da Justiça Militar, pedindo que se processem os Comandantes do DOI e do CODI, do II Exército, descrevendo os crimes e delitos praticados por aquelas autoridades no seu caso pessoal. Quando V. Ex.<sup>a</sup> falou em requerimentos de algumas pessoas que se declarava desaparecidas V. Ex.<sup>a</sup> afirmou, dentro da sua técnica e da sua habilidade: "Pensei que quisessem saber de todos, mas queremos só de alguns". Nobre Deputado, queremos realmente saber o que ocorre com todos os brasileiros, com os processos que são contra eles abertos, com a defesa que lhes é permitida, ou oferecida. Nós não podemos concordar continuem a existir casos dolorosos, como este, de Celso Gilberto de Oliveira, cujo pai escreveu ao Deputado José Mandelli, pedindo providências. Esse moço foi preso e desapareceu na prisão. E o pai, o que pede? Pede o cadáver do filho, Srs. Deputados. Deve ser despropositado, no nosso País, pretender enterrar os que morrem.

Se tivéssemos de levar a V. Exas listas das pessoas carentes de justiça e que estão pedindo providências nossas, teríamos de fazer listas todos os dias. Era apenas um exemplo, para demonstrar o que ocorre no País, a citação da relação de onze casos, referentes a estudantes presos que, depois, soltos, tinham sido espancados. E nós queremos registrar o fato, sim, para, juntamente com o Sr. Presidente da República, combatemos a tortura no Brasil, combatemos o crime da repressão com a mesma energia com que se combate o crime da subversão. (Muito bem!)

Há poucos dias, Srs. Deputados, o Sr. Presidente da República, atento à obediência

da lei e aos princípios que norteiam nossa vida, preocupou-se e deu ordem para que se apurasse um fato que lhe levaram ao conhecimento: uma jovem foi impedida de ingressar num estabelecimento de diversão, à noite, porque era uma moça de cor. Como vamos nós deixar de cumprir a Lei Afonso Arinos? Como, neste País, é possível fazer a discriminação racial? Como esse absurdo, essa divisão? Providenciem as autoridades, abra-se um inquérito, apurem-se as responsabilidades.

**O Sr. Ivahir Garcia** — O Presidente da República já tomou as providências necessárias nesse caso.

**O SR. PRESIDENTE (Célio Borja)** — Apartes, somente com o consentimento do orador, nobre Deputado.

**O SR. LAERTE VIEIRA** — Se V. Ex.<sup>a</sup> desse atenção ao discurso do orador, não o interromperia com apartes desnecessários.

**O Sr. Ivahir Garcia** — Eu pedi aparte antes e continuo insistindo.

**O SR. LAERTE VIEIRA** — Aparte descabido e desnecessário, porque o Líder da Minoria está proclamando, da tribuna da Câmara, que o Presidente da República se preocupou com o caso de discriminação racial.

(Risos nas galerias.)

**O SR. PRESIDENTE (Célio Borja)** — Não se permite manifestação por parte das galerias.

**O SR. LAERTE VIEIRA** — Fiz bem S. Ex.<sup>a</sup> e bem não faria S. Ex.<sup>a</sup>, se também, conosco, da Oposição, e com os representantes da Maioria, impedisse que se continuasse a torturar no Brasil; e bem não faria S. Ex.<sup>a</sup> se, na aplicação da rigorosa Lei de Segurança, cuidasse para que todos os presos respondessem pelos crimes porventura cometidos, mas que nenhum deles pudesse continuar a sofrer tratamento desumano e que não condiz com os nossos princípios nem com os nossos anseios de liberdade.

Sr. Presidente, se fôssemos levar listas à Maioria e pudéssemos nelas resumir o desassossego existente no Brasil, e de uma só feita perguntar às autoridades sobre todos os que sofrem, nunca poderíamos fazê-lo, porque elas jamais terminariam. A maneira de terminar esse desajustamento, os crimes que se cometem — e aí, sim, perdoe-me S. Ex.<sup>a</sup> o Líder, foi a única parte do seu discurso onde enxerguei um apelo sensato — é preservando-se a pessoa humana, os seus direitos, a lei, a ordem, para que a segurança não seja somente do Estado, mas também do cidadão e do indivíduo. (Palmas.) Porque a segurança do Estado é a soma da segurança que todos possam ter e que a todos possa ser dispensada. Quanto a um ex-colega nosso que desapareceu, até hoje em condições pouco explicadas — fato que nos cobram em cartas, como a que recebi, ainda há poucos dias, juntamente com o Presidente Ulysses Guimarães — perguntem-nos: "Esqueceram o ex-Deputado Rubens Paiva?" Não, respondemos nós, não esquecemos o Deputado Rubens Paiva, nem o outro ex-parlamentar que fizeram desfilar, há algum tempo, na televisão, num inadequado meio de demonstrar sua integridade física e até sua integridade mental.

O meio correto de se verificar o tratamento que está sendo dado a presos políticos é permitir — em toda parte assim é — que as mais altas autoridades, pessoas responsáveis, possam entrar em contato com aqueles que se dizem perseguidos, torturados, humilhados e maltratados. Não somos nós, ilustre Líder da Maioria, que haveremos de abrir os portões da prisão; é o Governo que, se puder, deve fazê-lo para evitar a

imagem e as deturpações que dizem existir por aí. Toda vez que houver uma reclamação e ela for justa, que se disponha o Governo e seus agentes a sobre ela prestar informações ao público.

**O Sr. Ivahir Garcia** — Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LAERTE VIEIRA** — Estou tentando concluir meu discurso, mas concedo-o a V. Ex.<sup>a</sup> para ter a honra de incluir seu aparte no meu discurso.

**O Sr. Ivahir Garcia** — A honra é toda minha, nobre Deputado Laerte Vieira. De São Paulo, acompanyo, de longa data, a trajetória brilhante do advogado Laerte Vieira, tão intimorato e defensor das melhores causas dos nossos tribunais. Mas confesso humildemente que, Deputado de primeira legislatura à Câmara Federal, fiquei decepcionado com a resposta que V. Ex.<sup>a</sup> dirigiu a este seu novo par do Congresso, mesmo porque há muito conheço o aticismo de V. Ex.<sup>a</sup> e sempre o julguei um fidalgo. Ocupo a tribuna para dizer que sou delegado de polícia no meu Estado.

**O SR. LAERTE VIEIRA** — V. Ex.<sup>a</sup> não pode acumular, é Deputado Federal.

**O Sr. Ivahir Garcia** — Estou licenciado. V. Ex.<sup>a</sup>, grande advogado e conhecedor profundo de Direito Administrativo, sabe que nem por isso perdi minha condição de funcionário público estadual.

**O SR. LAERTE VIEIRA** — Espero que os coestaduanos de V. Ex.<sup>a</sup> não estejam tão apreensivos com este fato.

**O Sr. Ivahir Garcia** — V. Ex.<sup>a</sup>, um brilhante advogado, sabe perfeitamente que em todas as comunidades há os bons e os maus elementos. Entre nós, advogados — também sou Bacharel em Direito e modesto professor universitário no meu Estado, também há elementos de todos os matizes, inclusive os rúbicos, para denegrir a nossa instituição. Líder do Movimento Democrático Brasileiro, V. Ex.<sup>a</sup> sempre me mereceu o maior respeito pelos valores de seus integrantes, eis que, a exemplo da ARENA, é produto da consagrada e irreversível Revolução de 31 de Março. Nunca tive outro partido, somente a Aliança Renovadora Nacional, nele ingressando por entender que é o sustentáculo político da Revolução, acima de tudo porque sou revolucionário por vocação, por idealismo e para servir — desejo servir à minha Pátria. E quero dizer, nobre Deputado, para concluir e não me alongar, porque desejo ouvir suas considerações, finais, que tenho em mãos, uma notícia, que deve ser do amplo conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup>, do jornal "O Globo", edição de 27 de novembro de 1973 — jornal que merece a credibilidade de todos nós, e, acredito, também do nobre Líder — que traz um quadro estatístico imenso, com um total geral de mortos por terroristas: militares e civis, policiais — 106; feridos entre militares e civis, inclusive crianças, 343. Quero apenas dar a V. Ex.<sup>a</sup> dois testemunhos da ignominiosa atitude dos subversivos, terroristas, porque eu os enfrentei nas vias públicas de São Paulo. Para isso, invoco o testemunho insuspeito dos meus companheiros da 7.<sup>a</sup> Legislatura da Assembléia Legislativa de São Paulo, que pertencem ao Partido de V. Ex.<sup>a</sup> Ninguém pode duvidar, por exemplo, da palavra do Vice-Líder Guagu Piteri, homem íntegro, de reputação ilibada e que pode testemunhar o meu procedimento. Quero, ainda, dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que assisti ser assassinada uma investigadora de polícia, Esther Gois de Moraes, miseravelmente...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

**O Sr. Ivahir Garcia** — ... metralhada na via pública. E fui buscar no ex-Estado da



Guanabara um ilustre companheiro, Otávio Gonçalves Moreira Júnior,...

**O SR. PRESIDENTE (Célio Borja)** — Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que conclua seu aparte.

**O Sr. Ivahir Garcia** — ... moço que estava de calção quando foi metralhado na praia, e cujo corpo, sem o tórax, dada a gravidade dos ferimentos recebidos — ajudei a transportar, e que foi impiedosamente massacrado.

**O SR. PRESIDENTE (Célio Borja)** — Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que conclua.

**O Sr. Ivahir Garcia** — Então o nosso Líder falou sobre o desaparecimento de 1.800 pessoas só em São Paulo. Isto pouco interessou. E nunca vi alguém do Movimento Democrático Brasileiro protestar por estas vítimas dos subversivos terroristas, desses homens que são os inimigos da nossa Pátria, porque sequer têm coragem de proclamar que são marxistas, que são contrários à ideologia imperante em nossa terra, em que prevalece a liberdade com responsabilidade. Esta responsabilidade, nobre Líder, é o primeiro dos direitos, o direito essencial da personalidade, que tanto tem sido mal interpretado.

**O SR. PRESIDENTE (Célio Borja)** — Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que conclua.

**O Sr. Ivahir Garcia** — Essas cento e tantas vítimas trucidadas,...

**O SR. PRESIDENTE (Célio Borja)** — Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que deixe o microfone.

**O Sr. Ivahir Garcia** — ... estas o MDB esqueceu inteiramente. Era o modesto registro que queria fazer diante do nobre Líder do MDB. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Célio Borja)** — Lastimo advertir o nobre orador de que dispõe de 10 minutos.

**O SR. LAERTE VIEIRA** — Sr. Presidente, agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o auxílio que me deu pretendendo não se fizesse um discurso paralelo. Mas V. Ex.<sup>a</sup> viu que o nobre colega Ivahir Garcia é delegado. Ele tinha o direito de ficar falando e o orador na tribuna escutando. (Risos). S. Ex.<sup>a</sup> aqui tem suas funções ampliadas, porque além de ser delegado era também transportador de cadáveres. Mas traz estatísticas incompletas.

**O Sr. Ivahir Garcia** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PRESIDENTE (Célio Borja)** — O orador não permitirá mais apartes, nobre Deputado.

**O Sr. Ivahir Garcia** — V. Ex.<sup>a</sup> está sendo injusto, está me caluniando e não permite o debate. Transporte um colega assassinado pelos homens que o MDB defende.

**O SR. PRESIDENTE (Célio Borja)** — Advirto o nobre apartante de que o orador não permitirá mais apartes.

**O Sr. Ivahir Garcia** — Transporte um homem digno, que também tinha a proteção dos direitos humanos, que tanto o MDB quer defender, quando na verdade não defende.

**O Sr. Guaçu Piteri** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PRESIDENTE (Célio Borja)** — Advirto o nobre orador de que dispõe de apenas 8 minutos.

**O SR. LAERTE VIEIRA** — O pouco tempo de que disponho não permite mais que seu conceda apartes, Deputado Guaçu Piteri.

**O Sr. Ivahir Garcia** — Permite um aparte? Agora não há mais interesse no debate?

**O SR. LAERTE VIEIRA** — Nobre Deputado Ivahir Garcia, V. Ex.<sup>a</sup> se dispa da condição

de delegado, por favor, e deixe agora que o debate prossiga. V. Ex.<sup>a</sup> traz estatísticas de um lado só. Para que não fique estranho a esta Casa...

**O Sr. Guaçu Piteri** — Permita-me, nobre Deputado Laerte Vieira, apenas dizer que conheci o Deputado Ivahir Garcia na Assembleia Legislativa como um dinâmico e apaixonado Deputado pelas causas que defende.

**O SR. LAERTE VIEIRA** — Acredito que mais apaixonado que dinâmico.

**O Sr. Guaçu Piteri** — Não posso dar outras informações.

**O SR. PRESIDENTE (Célio Borja)** — O orador não concederá mais apartes.

**O SR. LAERTE VIEIRA** — Sr. Presidente, as estatísticas não podem ser apresentadas de um só lado. Nós lamentamos e choramos a morte daqueles policiais, civis e militares empenhados na repressão, da mesma forma que lamentamos que brasileiros tenham morrido em entrecosques permanentes com aqueles que sabem ou deveriam saber que a violência gera a violência. Sr. Presidente, nós estamos empenhados em auxiliar o Governo para que retorne o País ao Estado de direito. A distensão política tão propagada não será aquela que constou do discurso da Liderança da Maioria na parte final, em que ele queria apresentar aspectos positivos do Governo.

**O Sr. Eduardo Galil** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LAERTE VIEIRA** — V. Ex.<sup>a</sup> já ouviu da Presidência que o orador não dispõe de mais tempo.

**O SR. PRESIDENTE (Célio Borja)** — O orador não pode mais conceder apartes. Não dispõe de mais tempo.

**O SR. LAERTE VIEIRA** — A intervenção de V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Deputado Eduardo Galil, se faz tardia. Não poderei receber o aparte agora, mas terei essa honra em outra oportunidade. Mas, se temos uma linha política e ideológica definida e se não aceitamos paralelo com os agentes da subversão nem com os extremistas (Muito Bem!) de direita ou de esquerda, queremos dizer ao Governo que contará conosco e com os brasileiros toda vez que atuar no sentido do respeito às leis, da verdadeira distensão política, da institucionalização de um regime que não deveria estar mais comemorando a Revolução, porque a Revolução haveria de ser um fato passageiro, para que se pudesse retornar ao regime democrático normal.

Hoje dever-se-ia falar em Governo, em responsabilidade do Governo. E nós, da Oposição, que não fugimos às nossas obrigações, certamente não esqueceremos o clamor público e as reclamações que nos foram trazidas por aqueles que pedem justiça. Para que essas reclamações a nós não venham, a melhor forma será o Executivo realizar o grande papel, a grande campanha de fraternidade dos brasileiros, de entendimento, de concórdia, a campanha democrática que há de ditar os rumos de todos nós, para que, só assim, possamos verdadeiramente prestigiar o Parlamento como um poder, considerar que a vinda de um Ministro a esta Casa se faz a serviço da Pátria, se faz por interesse do povo, considerar esta tribuna não como um banco de réus, mas como uma tribuna mais alta, diria eu até o trono do povo, representado aqui pelas suas vozes mais preeminentes. Não diminuí o Ministro de Estado o fato de aqui vir prestar declarações.

Colocam mal o Governo exatamente as informações reticentes, as habilidades políticas, o descaso, o menosprezo a proble-

mas sérios, a jocosidade onde deveria existir seriedade, e a inconseqüência, onde deveria existir responsabilidade. A Oposição continuará o seu caminho, e estamos seguros de que o Parlamento conhece a sua missão. (Muito bem. Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.)

**VII — O SR. PRESIDENTE (Célio Borja)** — Vai-se passar ao período destinado às Comunicações das Lideranças.

Tem a palavra o Sr. Lysâneas Maciel.

**O SR. LYSÂNEAS MACIEL (Sem revisão do orador)** — Sr. Presidente e Srs. Deputados, início a minha fala com as últimas palavras do emente Líder Laerte Vieira. Nesta tarde, neste Parlamento, emprestaram a um assunto sério, doloroso, trágico, uma conotação mais que jocosa, num verdadeiro acinte ao sofrimento e à própria dignidade da pessoa humana. O pronunciamento do eminente Líder do Governo transmitiu-nos, pela docilidade com que aceitou as explicações de S. Ex.<sup>a</sup>, o Sr. Ministro da Justiça, penosa impressão.

Não faltou nem mesmo o apelo ao recurso primário da insinuação gratuita; não faltou nem mesmo a ausência de coragem para a verdadeira identificação de insinuações maléficas.

Sr. Presidente, todos somos contra a violência — é preciso que se repita isto.

Nessas cartas que temos trazido ao conhecimento do Parlamento, em nenhum momento se pede a soltura deste ou daquele prisioneiro; não se pede que se abram as portas das prisões; pede-se apenas que se aplique, aos prisioneiros políticos que existem neste País, a Lei de Segurança, editada em todas as horas sem o comparecimento do povo e de seus representantes. (Palmas.)

Estamos pedindo, Srs. Deputados, não que se soltem esses alegados terroristas; não estamos pedindo que se dê um bill de indevidade à subversão ou à violência; o que estamos pedindo é que se lhes defira o direito de serem julgados e, até, Srs. Deputados da ARENA que não se cansaram aqui de louvar as providências governamentais, até a condenação deles à morte, se porventura tiverem violado em grau máximo a Lei de Segurança Nacional.

**O Sr. João Linhares** — Permite V. Ex.<sup>a</sup>?

**O SR. LYSÂNEAS MACIEL** — Sr. Presidente, quando o Sr. Presidente da República reafirma perante a Nação que não tem compromissos pessoais com ninguém, demonstrando inequívoca intenção de romper com o passado e seus erros, passado em que pessoas foram assassinadas, em que se mataram seus familiares através de continuas caminhadas de prisão em prisão, de quartel em quartel, o que se pede é que se escute a voz do Chefe do Executivo, que está pelo menos tentando romper com o círculo que se instaurou em torno da Presidência da República, o qual não permite que nem mesmo um General do próprio sistema, um homem que acreditava ou acreditava na Revolução, chegue ao Presidente da República para pedir "que o que aconteceu com meu filho não aconteça com outros "pedros" que hajam por aí".

Ninguém está pedindo, Sr. Presidente, que se soltem os prisioneiros políticos; ninguém está solicitando que não sejam respeitados. O que se pede, o que se roga, o que se suplica é que se aplique, neste País, a própria Lei de Segurança, haja neste País o próprio direito aplicado e feito muitas vezes por Juntas Militares, sem a devida chancela do Parlamento brasileiro. É isto que o MDB quer. É a isso que se chama provocação; é a isso que se chama contestação; é a isso que se chama, muitas vezes, de própria subversão.